

REFLEXÕES ACERCA DA POSTURA DO PSICÓLOGO ANTE O FENÔMENO DA QUEIXA ESCOLAR

Maria Clara da Silva Nascimento¹
Anadja Michelly dos Santos Souza²
Liandra Barbosa Araújo³
Lisa Martha Silva David⁴

INTRODUÇÃO

É perceptível que as diversas teorias e práticas psicológicas auxiliam de diversas formas na construção da realidade social, logo, essa ciência detém uma parcela de responsabilidade nas diferentes construções de cidadania. Ou seja, os embates e debates dentro da própria psicologia refletem em causas sociais importantes e está intimamente ligada ao desenvolvimento dos Direitos Humanos ao longo da história.

A psicologia se exerce fundamentalmente no mundo de interesses grupais, as identidades sociais fazem com que profissionais ao se identificarem com determinados setores, invistam e se desenvolvam mais nesses espaços (CAMINO, 1998). Sem desmerecer o cargo de importância a nível social e científico, fica claro que a psicologia participa direta ou indiretamente dos processos de exclusão/inclusão que se desenvolvem nas sociedades. Trata-se então de entender a psicologia como ciência, mas também de reconhecer seu papel ao longo da história. Sendo assim, a Psicologia Educacional se mostra como uma das áreas da psicologia que por muito tempo perpetuou a estigmatização dos sujeitos através das tentativas de entender os processos de aprendizagem

Em seus primórdios esse campo funcionava como um caráter clínico e terapêutico, mesmo sendo voltado para a compreensão dos problemas de aprendizagem e seleção de profissionais do ramo. Isso resultou na utilização de teorias e instrumentos psicológicos sem sua devida adaptação e contextualização, causando a classificação dos indivíduos, ao contrário do que se esperava, acarretando em prejuízo ao desenvolvimento dos alunos e passividade dos agentes escolares.

Portanto se percebe que a relação entre psicologia e a educação ocorreu de forma assimétrica, enquanto a ciência se mostrava contendo uma diversidade de arcabouço teórico, no campo educacional, mesmo com a promulgação da lei 5.692/71 que ampliou o sistema

¹ Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, mariaclara.snsd@gmail.com;

² Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, anadjamichelly@gmail.com;

³ Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, liandrabaraujo@gmail.com;

⁴ Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, lisa.m.s.david@gmail.com.

educacional e efetivou a expansão da escolaridade, o auxílio dado pela psicologia acaba por contribuir para categorização, segregação e marginalização dos grupos (BARBOSA; MARINHO-ARAÚJO, 2010).

As mudanças dessas perspectivas ocorrem no final da década de 1970, quando se começa a questionar, tanto a produção de conhecimento da psicologia educacional, quanto da prática da psicologia escolar. As reflexões que surgiram passaram a explicitar o incômodo com práticas psicológicas discriminatórias e individualizantes no contexto escolar, sentiu-se então a necessidade de ressignificar as práticas.

Segundo Dazzani et al. (2013) entende-se por queixa escolar as demandas que são formuladas por coordenadores, pais ou professores acerca das dificuldades e problemas que o aluno pode estar enfrentando no ambiente escolar. A problemática em torno desse fenômeno consiste no entendimento de que os problemas disciplinares e de aprendizagem são focados em apenas um agente, seja ele aluno, professor ou instituição. Sendo a figura do aluno aqui, a possuidora de maior destaque como o culpado do seu próprio processo de fracasso escolar, para, além disso, ainda se sobressai à compreensão através de uma perspectiva clínica, em que frequentemente se utiliza avaliações psicológicas e médicas que ainda convergem para o modelo biomédico.

Objeto de estudo

Diante desse cenário temos como objetivo compreender qual o papel a psicologia desempenhou ao longo dos anos frente ao fenômeno da queixa escolar e qual é a postura exigida dessa ciência atualmente, em que a leitura do fenômeno agora é tida de uma forma multidimensional, a psicologia educacional tem, dentre seus inúmeros desafios, ampliar seu foco de atuação, pesquisa, produção de conhecimentos e fortalecimento das Políticas Públicas para além e no contexto escolar.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

A construção deste artigo se originou através da leitura e pesquisa de alguns artigos selecionados que tinha como foco a área de conhecimento da psicologia educacional/escolar e sua correlação com a queixa escolar, com intuito de entender qual o papel que o psicólogo desempenhou durante o processo de formalização da educação e seus novos desafios frente a nossa realidade. Sendo assim caracterizada como uma revisão bibliográfica, visto que ocorreu a discussão do tema através do levantamento e investigações realizadas por outros autores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A tomada de consciência dos psicólogos frente à postura tradicional e ainda clínica em ambientes que necessitavam uma visão mais abrangente possibilitou a reflexão e a modificação de diversas práticas, que acabavam por tornarem-se estigmatizantes e que não reconheciam potencialidades e complexidade dispostas no sujeito. Em contrapartida a esse modelo de atuação, hoje, apesar de obstáculos, temos formações mais generalistas que se distanciam cada vez mais do foco da formação tecnicista, além é claro, da busca por atuações e intervenções que englobam uma visão biopsicossocial do sujeito. Dentre os diversos campos de inserção da psicologia, no campo educacional não foi diferente.

Portanto, no campo das atuações nas instituições educacionais, vemos cada vez mais o surgimento de uma perspectiva crítica, em que os fenômenos escolares são compreendidos enquanto produtos da interação de diversas dimensões, institucionais, pedagógicas ou relacionais. Temos também o entendimento de que o processo de desenvolvimento humano está entrelaçado com as questões de aprendizagem, de forma em que ocorre uma articulação entre as diversas dimensões que perpassam a vida do indivíduo (DAZZANI et al., 2013).

Entretanto, como citado anteriormente, obstáculos nesse percurso ainda se fazem presentes, devido a isso, podemos visualizar inúmeras atuações ainda simplistas e que apreendem os fenômenos escolares com a mesma visão, como exemplo disso, podemos citar a queixa escolar, um fenômeno que tem demandado ampla atenção dos profissionais, mas que por ser visto através de uma óptica tradicional e simplista, não recebe as intervenções necessárias.

Essas práticas acabam por produzir crenças e intervenções que constroem justificativas individualizantes, centrando no aluno a explicação de sua não aprendizagem, acabando por naturalizar a concepção do fracasso escolar como fruto da incapacidade individual, quando na realidade é preciso considerar que o fracasso ou até mesmo sucesso escolar não dizem respeito a aspectos de ordem individual, mas que os contextos sociais, as interações relacionais, e os aspectos psicológicos se influenciam mutuamente, por diversas vezes as práticas escolares e sociais, contribuem para a perpetuação desse preconceito (MACHADO, 1997 apud LEORNADO; LEAL; ROSSATO, 2015).

Nossa sociedade é marcada questões de desigualdade, na medida em que se privilegiam grupos em detrimentos de outros, ocorrendo assim processos de marginalização e exclusão, dentro dessas questões, encontramos uma educação escolar historicamente marcada pela sua falta de acesso e baixa qualidade, quando esse mesmo processo educacional

acompanhou a organização dos fatores socioeconômicos. Diante disso Patto (1990) conforme citado por Rossato et al. (2012), afirma o fracasso escolar como uma produção histórico-social da ação humana, que a segregação e exclusão resultante deste processo geram expectativas muitas baixas em relação a capacidade de aprendizagem, de tal modo que não aprender torna-se natural.

Portanto, para avaliar a queixa escolar é imprescindível que se entenda que sua complexidade comporta dimensões pedagógicas e sociais. Dessa forma, a leitura crítica sobre a educação é fundamental, de modo que se possa perceber como os elementos culturais influenciam no processo de assimilação dos indivíduos, processo que também vai inferir na sua humanização (SAVIANI, 2005 apud ROSSATO; LEONARDO, 2012).

A sociedade comumente adota uma postura de procurar culpados diante da ocorrência de um fenômeno que foge a regra, mesmo sendo esses fenômenos complexos, como a queixa escola, e desembocam em um processo de naturalização de construções sociais. Por esse motivo, é imprescindível que o psicólogo enquanto profissional comprometido ético-politicamente sempre esteja alerta para a importância de desconfiar do que se mostra naturalmente constituído, portanto, questões biofisiológicas devem ser consideradas na medida em que se entende seu papel em uma rede complexa e dialética de relações e influências com outros fatores, sejam esses históricos, sociais e etc.

Logo é importante que o psicólogo entenda a queixa escolar como um processo, procurando sempre refletir, aprofundar e dinamizar. Para, além disso, é pertinente que esse profissional também se permita escutar os sujeitos, que se abra espaço para que o discurso do sujeito seja valorizado e como tal se tornar um sujeito ativo nesse processo, não somente passivo ao receber a culpa pelo seu “fracasso escolar”. Por fim, as produções científicas devem contribuir para a desnaturalização das crenças, mas esse conhecimento produzido não deve apenas ficar retido nas teorias, mas todas as proposições devem se encaminhar para a prática, dinamizando assim a execução das ações no campo da educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se o longo percurso que a psicologia traçou no campo educacional, visando um fazer mais comprometido e crítico, que poderia beneficiar não somente as produções científicas, mas principalmente os sujeitos envolvidos dos fenômenos educacionais.

Dessa forma, é visto que a compreensão dos fenômenos escolares ainda carrega uma visão tradicional e naturalizando, em que se acaba culpabilizando apenas um único agente nesse processo. O aluno é o grande culpado na maior parte das compreensões, mas essa culpa

se ramifica também para as instituições, professores ou coordenadores, sem com que se tenha um olhar holístico para todos esses agentes. Logo, entendendo a queixa escolar como um processo que muitas vezes é posto análogo ao fracasso escolar, diz respeito a demandas relacionadas a problemas e dificuldades de aprendizagem.

Entretanto, diversos teóricos, como Patto e Saviani, sempre tocam no ponto que é preciso ter uma compreensão crítica do que seria o fenômeno da queixa escola e assim entender a construção histórico-social que o permeia, além é claro de uma leitura ampla, crítica e correlacional do campo educacional.

Assim a causa do fenômeno é multifacetada, compreendendo as questões de formação dos profissionais de educação, conteúdos presentes nos currículos, estrutura de ensino oferecido, questões socioeconômicas, dinâmicas familiares, estruturas culturais e etc.

Portanto, diante das informações expostas é necessário que o psicólogo escolar tenha uma atuação crítica e que condiga com a realidade brasileira, portanto entendendo todos os atravessamentos que perpassam as demandas recebidas acerca dos fenômenos das queixas escolares. Logo, independente dos contextos de inserção, é importante fazer recortes e através de análises, inferir a melhor medida de intervenção para aquela demanda, além é claro de formar um canal de comunicação entre, aluno, família e instituição de ensino, de forma com que a intervenção sejam em prol do sujeito e não assuma uma perspectiva unilateral.

Por fim, para que os psicólogos não escorreguem e recaiam na mesma perspectiva individualizante que infelizmente ainda é perpetuada, é necessário que ele esteja sempre atento ao fato de que os fenômenos sempre são permeados pela dimensão histórica, cultural e socioeconômica.

Palavras-chave: Psicologia, queixa escolar, postura profissional, educação.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Rejane Maria; MARINHO-ARAUJO, Clasy Maria. Psicologia escolar no Brasil: considerações e reflexões históricas. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas, v. 27, n. 3, pág. 393-402, setembro de 2010.

Camino, L. (1998). Direitos humanos e psicologia. Em Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia (Org.), *Psicologia, ética e direitos humanos* (pp. 41-63). Brasília: CFP.

DAZZANI, Maria Virgínia Machado; CUNHA, Eliseu De Oliveira Cunha; LUTTIGARDS, Polyana Monteiro; ZUCOLOTO, Patrícia Carla Silva do Vale; SANTOS, Gilberto Lima dos



Santos. Queixa escolar: uma revisão crítica da produção científica nacional. **Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, SP. Volume 18, Número 3, Setembro/Dezembro de 2014: 421-428.

LEONARDO, Nilza Sanches Tessaro; LEAL, Zaira Fátima de Rezende Gonzalez; ROSSATO, Solange Pereira Marques. A naturalização das queixas escolares em periódicos científicos: contribuições da Psicologia Histórico-Cultural. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá, v. 19, n. 1, p. 163-171, Abril, 2015.

ROSSATO, Solange Pereira Marques; LEONARDO, Nilza Sanches Tessaro. A queixa escolar na perspectiva de educadores da Educação Especial. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá, v. 16, n. 1, p. 15-23, Junho, 2012.